

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E O SEU PREDOMÍNIO NO MAGISTÉRIO

*THE INSERTION OF WOMEN IN THE LABOR MARKET AND THEIR
PREDOMINANCE IN TEACHING PROFESSION*

*LA INSERCIÓN DE LA MUJER EN EL MERCADO LABORAL Y SU
PREDOMINIO EN EL ÁREA EDUCATIVA*

Cassiane Beatrís Pasuck Benassi¹

Juliana Alves da Silva Ubinski²

Vilmar Malacarne³

¹Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Cascavel - PR – Brasil.

²Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Cascavel PR – Brasil.

³Doutor em Educação pela USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Cascavel - PR – Brasil.

Resumo: A mulher exerce um papel importante na sociedade, seja como mãe, esposa, profissional e cidadã. A partir da sua inserção no mercado de trabalho, algumas mudanças na sociedade começam a ser percebidas, entre as quais se destacam o controle da natalidade e o aumento do acesso à escolarização. Embora o acesso ao mercado de trabalho tenha ocorrido em diferentes áreas, a presente pesquisa pretende focar a inserção da mulher na carreira docente, além de refletir sobre sua preponderância em alguns níveis de ensino. Esta pesquisa, realizada em escolas municipais e estaduais da cidade de Cascavel-PR, constatou o predomínio de docentes do gênero feminino na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, além de compor a maior parte do quadro de professores das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Observou-se também que algumas iniciativas de incentivo docente são tomadas pelos setores envolvidos diretamente com a educação, mas poucas surtem efeitos, quer por razões políticas ou administrativas, desvalorizando cada vez mais a profissão e, por consequência, o papel da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Docência; Educação.

Abstract: Women play an important role in society, whether as mothers, wives, professionals or citizens. Since women became active members of the workforce, some changes began to be perceived in society, such as birth control and increased access to schooling. Although access to the labor market had occurred across different professions, this research focuses on women in the teaching profession, and reflects on the predominance of women at some levels of education. A survey conducted in municipal and state schools in the city of Cascavel, Paraná, Brazil, found a predominance of female teachers

in kindergarten and first grades of elementary school, and most of the teaching staffs of the final grades of elementary school and high school were also made up of women. It was also observed that some teaching incentive initiatives are taken by the sectors directly involved with education, but only a few are producing results, whether for political or administrative reasons, increasingly devaluing the profession and as a result, the role of women in society.

Keywords: Gender; Teaching; Education.

Resumen: La mujer ejerce un papel importante en la sociedad, ya sea como madre, esposa, profesional o ciudadana. Desde su inserción en el mercado laboral se empiezan a notar algunos cambios, entre los que se destacan el control de la natalidad y el aumento del acceso a la escolarización. Aunque el acceso al mercado laboral haya ocurrido en diferentes áreas, este estudio se centra en la inserción de la mujer en el mercado laboral en el campo docente, así como en su predominio en algunos niveles del mismo. Una encuesta realizada en las escuelas estatales de la ciudad de Cascavel, Estado de Paraná, Brasil, comprueba el predominio de docentes de género femenino en el jardín de infantes y en los primeros años de la escuela elemental, además de componer la mayor parte del cuadro de profesores de los últimos años de la escuela elemental, así como de la educación secundaria. También se observó que los sectores directamente involucrados en la educación han asumido algunas iniciativas de incentivo docente, pero pocas resultaron efectivas, ya sea por razones políticas o administrativas, desvalorizando cada vez más la profesión y en consecuencia el papel de la mujer en la sociedad.

Palabras clave: Género; Enseñanza; Educación.

Com uma importante atuação na família e na vida doméstica, a mulher aos poucos foi encontrando seu espaço na sociedade moderna. Seja na política, na vida profissional ou na vida social, são visíveis as mudanças de postura da mulher, que passa a questionar e a se posicionar diante de situações que, até então, lhe eram permitidas apenas acatar. Desta forma, pode-se dizer que, aos poucos, ela deixou de ter um papel secundário na organização da sociedade em geral. No caso do Brasil, por exemplo, o Código Civil de 1916 instituía o homem como o chefe da família, mesmo que para o exercício desta função contasse com a colaboração da mulher. Luz e Fuchina (2009) destacam que o homem era o responsável legal pela família, cabendo a ele autorizar ou não a mulher a atuar profissionalmente.

A partir do momento em que a mulher se insere no mercado de trabalho, seja com a autorização do cônjuge ou por rebeldia, mudanças nos padrões da sociedade começam a ser percebidas. Luz e Fuchina (2009) destacam o controle da natalidade e o aumento do acesso à escolarização como exemplos dessas mudanças; no entanto há que se destacar também o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

O acesso ao mercado de trabalho se deu em diferentes áreas, destacando-se o magistério. O magistério foi de grande valia para o encontro da identidade feminina na sociedade. Percebe-se que o magistério, além de ter representado uma forma de inserção no mercado de trabalho, é, principalmente na atualidade, uma profissão de predomínio feminino.

Para refletir sobre a docência enfocando o gênero feminino, a presente pesquisa traz reflexões sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua relação com o magistério. Este contexto embasa a discussão sobre o quadro atual de professores em relação ao gênero, verificando os níveis de ensino em que há predomínio de mulheres.

Partindo desse contexto, além da pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento sobre a proporção de mulheres educadoras em nível nacional, estadual e, mais especificamente, no município de Cascavel, PR. Por meio dos dados obtidos, foi possível observar o elevado índice de mulheres atuando na Educação Infantil e a diminuição deste índice em níveis de ensino subsequentes.

A MULHER E SUA FORMAÇÃO PARA O CONTEXTO DOMÉSTICO

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a sociedade esperava que a mulher realizasse com primazia as funções que lhe foram atribuídas. Desta forma, não era necessário para a mulher dedicação aos estudos, bastava-lhe ter noções básicas de escrita e cálculos para que assim pudesse cuidar dos afazeres domésticos (WERLE, 2005). Rabelo e Martins (2006) lembram que a concepção era que a mulher deveria ser preparada para ser uma boa mãe e boa esposa. A vida da mulher era restrita e privada, vista como reprodutora e objeto de dominação masculina, sendo sua atuação pública apenas na esfera religiosa (WERLE, 2005).

Ao realizar uma pesquisa com mulheres com idade em torno de 80 anos, Biasoli-Alves (2000) constatou que aquelas mulheres, na mocidade, foram preparadas para se casarem e cuidarem da casa. Para a maioria das pesquisadas, naquela época a menina que queria aprender a ler e escrever o fazia apenas para ler romances e “ficar sonhando”.

Ainda segundo Rabelo e Martins (2006), as mulheres registravam em agendas e diários suas lembranças relacionadas a prazeres, bem querências e outras reflexões sentimentais. As anotações dos homens estavam mais relacionadas a batalhas, guerras e grandes feitos. No entanto, havia uma preocupação com o controle da memória feminina, a fim de evitar seu compartilhamento. “A memória era perigosa e mais ainda se viesse da mulher que era submissa ao homem. A memória era perseguida, pois se pressentia nela um perigo, nela se manifestava a liberdade de pensamento tão temida pela Igreja e pelo poder” (RABELO e MARTINS, 2006, p. 6170).

Biasoli-Alves (2000) realizou uma pesquisa com idosos e idosas para verificar a transmissão de valores para meninas e meninos no período de 1890 a 1930/40. Nos resultados, foram constatados alguns dos valores transmitidos, tanto para meninos quanto para meninas: respeito, honestidade, obediência, trabalho. No entanto, para as meninas, outros valores também eram transmitidos: submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação, prendas domésticas e habilidades manuais. A autora ainda constatou, por meio de depoimentos, que, para a transmissão de tais valores, às meninas a autorrestrrição era utilizada a fim de deixar claro para elas o que era certo e o que era errado. A vigilância constante e

as punições físicas e psicológicas também eram utilizadas. Neste sentido, o prazer para a mulher estaria em agradar aos outros e, conseqüentemente, conquistar um bom marido (provedor). No caso de haver mais de um pretendente, caberia ao sexo oposto da família – pais e irmãos – a escolha do que julgavam ser o melhor pretendente para o casamento da filha/irmã.

Somente no século XIX a mulher passa a ser valorizada como força de trabalho, mesmo que seu salário ainda estivesse abaixo do salário pago aos homens que desenvolviam a mesma função, tornando-se mão de obra barata para as indústrias (MARTUCCI, 1996). A mulher do século XIX tem disciplina, submissão, trabalho sem tréguas, lealdade e pureza como características, tendo sua natureza ressignificada por meio do seu ingresso no mercado de trabalho, em entidades femininas e a partir de dois paradigmas que entram em conflito:

[...] o paradigma do ser puro, angelical, perfeito, que se sacrifica pelos outros e o paradigma do ser lascivo, diabólico, pecador, corrompedor, de caráter fraco, francamente predominante nos períodos anteriores, uma oscilação entre a Maria pura e a Eva corrompedora (MARTUCCI, 1996, p. 234).

Biasoli-Alves (2000) lembra que nas primeiras décadas do século XX havia vários colégios, em grande parte confessionais. A autora destaca a eficiência desses locais na transmissão desses valores às mulheres, que contavam também com o método de ensino herdado pelos jesuítas, cuja menina também aprendia prendas domésticas, pois a escola visava à educação religiosa e para a sociedade. Além disso, a religião utilizava o medo de castigos e desgraças relativas à desobediência para manter a mulher “em seu lugar”, ou seja, cuidando do esposo, dos filhos e dos seus entes.

Talvez se deva salientar, mais uma vez, que, se de um lado, os valores eram importantes, havia então uma prática capaz de fazer com que eles acontecessem. E é essa prática tão em consonância com o que a educação pretendia que surpreende pela sua eficácia e abrangência. A sociedade estratificada, econômica e culturalmente, mantém-se sem muitos atropelos e se costuma dizer, de uma ou outra mulher, por razões diversas, que “ela sabe qual é o seu lugar” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 236).

Mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a submissão e o controle também são lembrados por Bruschini e Amado (1988). Os autores acreditam que, com a escolha para o trabalho no ensino para crianças, em um ambiente protegido e sem a presença do sexo oposto, a mulher estaria livre das tentações mundanas e ainda com a mente ocupada.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA INSERÇÃO DA MULHER NO CONTEXTO PROFISSIONAL

A grande mudança no processo de escolarização, ocorrido a partir do século XV, resulta, inicialmente, na mudança da forma de se ter acesso à doutrina religiosa. Até então, a transmissão dos preceitos religiosos era feita por oralidade. A partir deste período, já no século XVI, esse conhecimento passa a ser alcançado a partir da leitura dos textos bíblicos. Esta mudança teve sua expansão possível com a reinvenção da imprensa por Johann Gutemberg (1398-1468). A invenção de Gutemberg diminuiu os custos dos livros e possibilitou serem feitas várias cópias a partir da tipografia (SANTOS, 2012). Tais mudanças eclodiram no desejo de aprender a ler e, conseqüentemente, na busca por escolas.

Entre os séculos XVI e XVIII, as escolas eram de responsabilidade das congregações religiosas. Rabelo e Martins (2006) lembram que neste período o professorado era do sexo masculino, já que o ensino era feito preferencialmente por padres ou por homens contratados como tutores para ensinar meninos. A partir da metade do século XVIII, este modelo começa a mudar para um sistema que atenda às demandas advindas da revolução industrial, sendo a escola estatizada.

Neste contexto de mudanças, a atuação no magistério é permitida para as mulheres. Mesmo assim, de acordo com Rabelo e Martins (2006), a mulher continua sendo vista de forma inferiorizada em relação ao homem. O magistério é tratado como um dom feminino relacionado ao emocional materno que não era bem visto em outras funções públicas. Como cabia à mulher a geração e educação dos filhos, ela deveria seguir seu dom, educando e socializando os infantes. Esse discurso, além de desqualificar a mulher para outras profissões (RABELO e MARTINS, 2006), ainda comparava o magistério do ensino primário com o trabalho doméstico, reforçando as características de dependência e fragilidade feminina (WERLE, 2005).

Essas características são discutidas na pesquisa de Martucci (1996), segundo a qual há uma “[...] construção da identidade da professora como mãe e da escola com um segundo lar” (p. 234). As mesmas características que se esperava para uma mulher mãe e esposa eram atribuídas à mulher-professora, pois se acreditava que, por serem puras e inocentes, as crianças não poderiam ser ensinadas por mulheres maliciosas, que não se ocupavam com os afazeres do lar.

Assim, as mulheres que assumiam a função mãe-espiritual poderiam preencher suas faltas, demonstrando ainda a imagem de mulher sujeita ao pecado.

Neste sentido, Martucci (1996), destaca:

[...] que não ocorreu uma mudança de imagem da mulher e sim uma mudança de funcionalidade, na medida em que a mulher pecadora e pervertida era considerada a mulher negra escrava, e não a mulher do colonizador. Esta mudança de funcionalidade diz respeito à passagem da família colonial do século XIX, com a mulher enclausurada e limitada às funções domésticas na fazenda, para a realidade do processo de urbanização, que passa a exigir da mulher a integração na sociedade. O espaço público, antes apenas ocupado pelos homens e mulheres de baixa renda, passa também a ser ocupado por ela (MARTUCCI, 1996, p. 237).

Assim, não houve mudança na forma com que a mulher era vista, somente houve uma diferenciação entre as mulheres, já que a necessidade da inserção destas na vida social era inevitável, bem como sua atuação profissional.

O afluxo de mulheres no mercado de trabalho, assim como o crescimento da escolaridade feminina, segundo Abramo (2007), tem provocado nas últimas décadas uma reviravolta na história das mulheres, pois a feminização no mercado de trabalho é real, mas inacabada, incompleta, e é considerada desigual e precária. Ainda, segundo o autor, os estereótipos de gênero e as representações sociais entre homens e mulheres, as correspondentes relações de desigualdades, hierarquias ou subordinação, continuam fortemente presentes.

A presença da mulher no mercado de trabalho se evidencia cada vez mais, como menciona Abramo (2007), e o que vem ocorrendo é um processo de "reconstrução das imagens de gênero". A mulher está aumentando significativamente a sua presença no mercado de trabalho, superando situações de pobreza da família ou da ausência do sexo masculino (por meio de morte ou invalidez ou relacionamentos/casamentos desfeitos), deixando de ter papel apenas como mãe e esposa e passando para a esfera de produtividade como trabalhadora, mesmo não possuindo os mesmos direitos e reconhecimentos sociais como o sexo masculino.

Apesar da crise que se acirrou na década de 1990, com a redução no trabalho das indústrias, o aumento da informalidade e a perda de qualidade, alguns fatores contribuíram para a inserção e permanência do trabalho feminino. Probst (2005) destaca a complementação da renda familiar; a crescente urbanização, trazendo milhares de pessoas do campo para a cidade; e a queda da taxa de fecundidade como fatores que influenciaram a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Há que se considerar também que a crescente urbanização e a industrialização desenfreada fortaleceram o movimento feminista. “Essa inserção se deve, igualmente, ao movimento de emancipação feminina e à busca de direitos iguais na sociedade” (SANCHES; GEBRIM, 2003, p.99).

Para discutir a relação entre gênero e emprego no Brasil na década de 1990, Reinecke (1999) traz dados relativos ao perfil dos empregos, dos empregados e dos desempregados. Os dados relativos a 1995, por exemplo, mostravam que 51,1 milhões de brasileiros estavam vinculados ao emprego agrícola, sendo que 57,92% eram homens e 42,08% eram mulheres. No contexto não agrícola, o panorama em relação ao gênero sofria variações. Entre os servidores civis, 12% eram mulheres e 6% eram homens; entre os empregados domésticos, 22% eram mulheres e 1% eram homens. A mulher acabava se destacando nos setores agrícola, doméstico e em atividades não remuneradas.

Segundo Reinecke (1999), em outros setores econômicos, a presença das mulheres é inferior ao percentual de homens. No entanto, as mudanças na composição do emprego na década de 1990 ocorrem para os dois gêneros de forma semelhante. Enquanto para as mulheres o emprego assalariado diminuiu em 11%, para os homens a diminuição foi de 13%. Valenzuela (1999) destaca que a quantidade das mulheres no mercado de emprego urbano foi aumentando significativamente, passando de 37% em 1979 para 51% em 1995. No caso dos homens, não houve mudanças significativas.

Lavinas (1999) menciona que a queda de emprego registrada entre 1985 e 1995 afetou mais os homens do que as mulheres, já que elas passaram a ocupar as novas oportunidades de trabalho. Entre 1990 e 1995, a recessão em alguns setores econômicos e a criação de novas oportunidades de trabalho em outros setores gerou uma taxa de crescimento de 2,82% para as mulheres e 1,50% para os homens para o conjunto de ocupados.

Na mesma direção, Lavinas (2001) destaca fatores que impactaram na participação das mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 1980 e 1990:

[...] amplitude do processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 90 e que afeta sobremaneira o emprego industrial, cuja redução “massiva” tem rebatimentos negativos, incidindo mais sobre os homens do que sobre as mulheres, já pouco representadas no setor. Outro fator a estimular a inserção produtiva das mulheres diz respeito à expansão da economia de serviços (LAVINAS, 2001, p. 34).

Quando se trata de áreas prestadoras de serviços, as mulheres acabam se destacando, especialmente nas áreas de saúde, ensino, administração pública e serviços pessoais (LAVINAS, 2001). A flexibilização no mercado de trabalho oportunizando atividades em tempo parcial atraiu mais as mulheres, já que poderiam conciliar atividades profissionais e domésticas. Neste contexto, o magistério acaba sendo um caso de destaque.

ATUAÇÃO DA MULHER NO MAGISTÉRIO

A educação, por muito tempo, foi destinada aos homens e ministrada também por eles. As mulheres se mantiveram afastadas das questões do saber intelectual e do direito de exercerem trabalho remunerado. Segundo Vianna (2002), as mulheres instruídas não seriam passivas à sua condição de subordinação e lutariam por condições semelhantes às oferecidas para homens, o que para a sociedade não seria interessante, já que poderia interferir em sua estrutura.

O cenário feminino passou a ter uma grande importância a partir da metade do século XX para a sociedade republicana. Neste sentido era função natural das mulheres lecionar, mas sempre atrelada com o universo doméstico e atendendo a um público misto.

Cabe destacar que as primeiras mulheres a trabalharem como docentes eram filhas de família da elite, que possuíam posse e renomes. Rosa (2011) afirma que as meninas das classes sociais mais baixas só foram inseridas na educação quando foi interessante para o país estender a educação para toda a população, devido aos ideais de progresso e de modernização. As mulheres negras e indígenas tiveram uma educação com um maior atraso ainda, devido ao preconceito de etnia.

Desde o século XIX, havia uma notória reconfiguração da sociedade que se desejava: progressista e esclarecida. Segundo Almeida (2011), havia uma crença de que a escola tinha a função de amparar, educar e amar, alegando como função da docente feminina a responsabilidade para ser aquela mulher-mãe-professora, preocupada com as crianças e amparando com amor e carinho.

A escolarização no Brasil teve seu crescimento real no fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Neste período houve crescimento do número de alunos

matriculados na Educação Básica e, conseqüentemente, teve um crescente aumento na demanda de docentes para atender a esta grande demanda de alunos tanto das escolas públicas como das privadas.

Este crescimento vertiginoso em menos de 40 anos fez com que várias pessoas se interessassem em seguir a carreira do magistério, mas a presença feminina assumiu um caráter eminente na Educação Básica.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento no número de lares brasileiros em que mulheres são as principais provedoras. Esta constatação foi percebida a partir da última Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNDA), que aponta que, entre 1992 e 2009, as famílias com e sem filhos chefiadas por mulheres passaram de 0,8% para 9,4% do total. Em números absolutos, isso significa que, em 2009, 4,3 milhões de lares brasileiros encontravam-se nessa categoria. Contudo, mesmo com muitas mulheres à frente dos lares, elas continuam na condição de "cuidadoras". Ainda segundo o IPEA, em 2009, 89,9% das mulheres que trabalham fora também se dedicavam aos afazeres domésticos, enquanto entre os homens essa proporção era de 49,6%. A dupla jornada ainda é mais pesada para as mulheres. Atualmente a mulher participa ativamente do mercado de trabalho, contribui na renda das famílias, mas continua designada aos mesmos papéis sociais construídos antigamente, voltados para o cuidado com os outros: o marido, criar os filhos, atender à família e cuidar da casa (ROSA, 2001, p.4-5).

O comparativo apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em 2007 sobre a proporção de professores da Educação Básica por sexo mostrou que, no Brasil, 81,94% dos professores são do gênero feminino; no estado do Paraná este índice era de 85,93%. Destaca-se ainda o crescente número de mulheres presentes nas universidades. De acordo com os dados publicados no INEP de 2014, a maior parte dos inscritos para a edição do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) é composta por mulheres, que representam 58,11% dos candidatos.

Segundo os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2013 do Estado do Paraná, o perfil encontrado para caracterizar os docentes em pleno exercício no ano de 2013 apresentou um total de 50.798 profissionais em sala de aula, visto que 25,4% são do sexo masculino e 74,6% do sexo feminino. Esta proporção é considerada um pouco maior quando se analisa a idade superior a 33 anos, em que se encontra um percentual de 76,1% e que soma mais de 28 mil docentes.

Buscando compreender este universo, foi realizado um levantamento das docentes atuantes no magistério em escolas municipais e estaduais da cidade de Cascavel, no estado do Paraná, no ano de 2014. No Quadro 1, estão expostos dados relativos aos professores das escolas municipais, por meio do qual se percebe uma predominância do gênero feminino.

Quadro 1. Professores Atuantes na Educação Básica do Município de Cascavel

Nível de Ensino	Gênero Feminino	Gênero Masculino
Educação Infantil	462 (97,68%)	11(2,32%)
Educação Infantil Temporário ¹	133(97,08%)	4 (2,91%)
Ensino Fundamental I	1907 (96,94%)	60 (3,05%)
Ensino Fundamental I Temporário	299 (95,45%)	11 (3,54%)
Total	2801 (97,02%)	86 (2,97%)

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel (Novembro de 2014)

Como pode ser observado no Quadro 1, o quadro de professoras representa 97,02% do total de professores atuantes. O quadro de professoras diminui quando se faz uma análise das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Nestes níveis de ensino, as professoras representam 74,58% do quadro total de docentes, sendo os dados apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Professores da Rede Estadual de Ensino na cidade de Cascavel

Gênero Feminino	Gênero Masculino	Total
1904 (74,58%)	649 (25,42%)	2553

Fonte: Cadastro de Docentes das Escolas - SEED (Novembro de 2014).

Cabe destacar que os dados mencionados incluem professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo estes professores QPM (Quadro Profissional do Magistério²) e também professores em regime de contratação via Processo Seletivo Simplificado, sendo que alguns atuam em mais de uma escola.

Embora o gênero feminino ainda seja superior nos anos Finais do Ensino Fundamental e Médio, a diferença em relação ao gênero masculino diminuiu. Esta diminuição permite inferir sobre possíveis causas.

O fator salarial pode ser decisório no momento de optar por atuar ou não como professor do município (Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental). Mas para se refletir melhor sobre as possíveis causas da desvalorização profissional da carreira docente, Santos (2008) remonta alguns dados históricos que devem ser levados em consideração:

A possibilidade de ingresso à carreira de funcionalismo público era restrita aos homens. As disciplinas estudadas e ministradas também sofriam separação. A disciplina de geometria, por exemplo, só era ministrada no currículo dos rapazes. As alunas aprendiam apenas aritmética, e o mesmo se dava com relação à docência, pois apenas o gênero

masculino lecionava geometria, e tinham salários mais altos do que as mulheres, que só ministravam aulas de aritmética. Consequentemente, eram as professoras relegadas às habilidades manuais e estéticas (SANTOS, 2008, p. 2).

Observa-se que inicialmente eram os homens que compunham a maioria do quadro do magistério, aos poucos, com a inserção da mulher no magistério, essa situação foi se revertendo. Contudo, devido à sua qualificação ser geralmente inferior aos homens, houve um declínio nos salários e, com a aceitação de salários também inferiores, mas com a maciça presença feminina nas escolas, uma das consequências foi também a diminuição dos salários. Rabelo e Martins (2006) lembram que, com o interesse do homem por outras profissões, ele passou a se afastar da Educação Infantil, pois cabia a ele a função prioritária de provedor da família. Como ficava a cargo do homem o papel de provedor da família, cabia a este um ganho superior, enquanto os ganhos da mulher eram para complementar a renda da família, justificando a aceitação da mulher por salários diferenciados.

Neste contexto, buscou-se um comparativo salarial entre os diferentes níveis de ensino, tendo como base os últimos editais de concurso em níveis estadual e municipal, sendo os dados apresentados no Quadro 3. A classificação entre município e estado justifica-se pelo fato de a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental ser de competência da esfera municipal, ao passo que as Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio são de competência da esfera estadual.

Quadro3. Comparativo Salarial de Professores de acordo com o Nível de Ensino

Nível de Ensino	Carga horária	Valor da hora-aula	Hora-atividade semanal	Vale-transporte
Educação Infantil	40 horas	R\$10,69	8 h/a	2,60/ período
Séries Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas	R\$13,06	4 h/a	2,60/ período
Séries Finais do Ensino Fundamental	20 horas	R\$13,06	6 h/a	4,09/ hora aula
Ensino Médio	20 horas	R\$13,06	6 h/a	4,09/ hora aula

Fonte: Cascavel (2014) e Paraná (2014)

Observa-se no Quadro 3 que os salários do Nível Infantil são os mais baixos em relação aos demais. É importante destacar ainda a diferenciação na contribuição de vale-transporte garantida aos professores e a hora-atividade semanal de 4 horas/aula. Neste aspecto em especial, percebem-se diferenças significativas no valor destinado ao vale-transporte, já que os professores que recebem por período, que corresponde a 5 horas/aula, têm o valor bem inferior aos professores que recebem por aula, já que estes podem receber até R\$ 20,45 do benefício em questão, levando-se em consideração o período. Esta diferenciação dos valores é bastante notória, mesmo ao se analisar realidades diferentes: a municipal e a estadual. Outro item que merece destaque é a hora-atividade, em que também há uma diferenciação entre os níveis de ensino.

Um aspecto que permite inferir sobre o percentual feminino em comparação ao masculino nas Séries Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio pode estar ligado à diversidade de formação dos docentes. Nestes níveis, os professores provêm de diversas formações, como Química, Física, Biologia, História, Geografia, Informática, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Arquitetura (nos casos de cursos técnicos), etc., em que é comum um número maior de profissionais do gênero masculino.

Segundo levantamento realizado em Cascavel, as escolas estaduais que possuíam cursos técnicos continham um número maior de homens atuando como docentes em relação às demais. Percebe-se ainda que muitos exercem uma atividade paralela à educação com vistas a garantir uma melhor renda. Alguns possuem cursos de bacharelado e, sem formação continuada, ou por não encontrarem vagas no mercado de trabalho na área de sua formação, optam por lecionar em disciplinas e cursos que sua formação proporciona como alternativa complementar.

Segundo Malacarne (2011), o desprestígio em relação à educação avolumou-se quando, por volta de 1960, as instituições formadoras de professores definiam o critério de carência econômica, além do desempenho escolar, como requisito para acesso aos cursos. Como consequência, ocorreu a diminuição do nível cultural dos professores. Outra consequência destacada pelo autor foi o grande desprestígio social para a categoria, ampliando ainda mais o problema dos baixos salários e da desvalorização profissional.

O autor observa também que, até pouco tempo, o professor desempenhava papel de renome na sociedade, configurando um *status* social respeitado.

Hoje, porém, a profissão de professor é vista como algo sem prestígio e de segundo plano. A identidade profissional fragilizou-se de tal maneira que, para a sociedade, qualquer pessoa pode assumir o papel de professor, mesmo não possuindo a formação adequada. De outro lado, o mercado exige cada vez mais um profissional bem qualificado. Soma-se a isso, e por consequência, o fato de que a grande maioria dos professores possuem uma carga horária excessiva, com várias escolas ou outros empregos como forma de aumentar sua renda.

Há, contudo, autores que defendem esta diferenciação salarial entre homens e mulheres. Uma das justificativas utilizadas para os defensores desta diferenciação salarial entre homens e mulheres, de acordo com Abramo (2007), é a menor expectativa de produtividade da mulher em comparativo com o homem. Tais fatores estariam associados principalmente à maternidade (gravidez, licença, atenção aos filhos...), já que há uma maior oneração por consequência da falta de uma funcionária experiente na função, o que demanda outra pessoa, que por sua vez demandará, entre outras coisas, treinamento para o exercício da mesma tarefa.

Para Abramo (2007), a posição da mulher foi historicamente construída para os cuidados com a família e sua casa. Assim, por mais que ela esteja em um ambiente profissional, as preocupações do lar podem interferir em seu rendimento. O autor ainda ressalta que a visão do homem como mero provedor leva a uma visão errônea do não envolvimento dele nas questões familiares e ainda que ele não seja influenciado profissionalmente pelo seu mundo privado/familiar. Nesse sentido, pode-se perceber que, embora existam discussões e buscas por justificativas para explicar os fatores que podem levar à diferenciação salarial entre os gêneros, tais argumentos acabam não se sustentando, além de evidenciar a discriminação em relação ao gênero feminino.

Olinto (2011) descreve as barreiras enfrentadas pelas mulheres que, segundo a autora, são classificadas como de segregação horizontal e segregação vertical. Na primeira, a segregação horizontal, as mulheres tendem a fazer escolhas e a seguir caminhos diferentes dos seguidos pelos homens, marcados pelo gênero, pela atuação na família e na escola. Na segunda, a segregação vertical, as mulheres tendem a seguir caminhos de subordinação, não progredindo em suas escolhas profissionais, fazendo com que os homens se sobressaíam nos seus ambientes de trabalho, principalmente nas carreiras de ciência e tecnologia. "Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como 'teto

de vidro', indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens" (OLINTO, 2011, p.69). E complementa a autora:

Tanto a segregação vertical como a horizontal podem sugerir uma genuína diferença de características e habilidades entre os dois sexos, o que explicaria a exclusão das mulheres de algumas ocupações e a sua dificuldade em atingir posições de destaque na hierarquia ocupacional. Tais características também explicariam as diferenças de gênero na academia e na atividade científica (OLINTO, 2011, p. 69).

Apesar de muitas semelhanças entre homens e mulheres, existe uma distribuição desproporcional entre os sexos, o que pode ser uma das justificativas citadas por Olinto, que são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos campos científicos, "diminuindo suas chances" de dedicação à pesquisa e à publicação. Estudos realizados no Brasil com vários autores, entre eles Leta e Martins (2008), afirmam que as mulheres possuem baixa produtividade nos campos científicos, e que muitas vezes estes comportamentos seguem enraizados culturalmente e internalizados por quem atua nestes campos, ou também muitas vezes as próprias mulheres acabam perpetuando suas ideias.

Portanto, para que a segregação horizontal mude o seu quadro, fazem-se necessárias políticas públicas voltadas a aumentar a produtividade acadêmica das mulheres, promovendo a participação em pesquisas, projetos, atividades de liderança tanto nas escolas, como na sociedade, em diversos cargos de chefia, como enfrentar questões de menor rendimento para as mulheres com filhos pequenos em algumas temporadas, para que assim não haja disparidade entre as segregações.

O que se observa diante de várias reflexões até aqui feitas é que as mulheres, além de sua vida profissional como docente, ou no meio científico ou acadêmico, enfrentam vários desafios para a estruturação de sua carreira, diferentemente da grande maioria dos homens. Parte-se como premissa de que a mulher, além de sua vida profissional, possui a sua dedicação em casa com os filhos, com os afazeres do lar e com o esposo; para tanto, a carreira profissional, que exige liderança ou maior tempo e dedicação, ainda continua em maior proporção com o sexo masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, é possível observar que a mulher possui uma presença marcante na sociedade, não só desempenhando atividade como docente, mas em todas as atividades que antes eram somente destinadas a homens. A mulher foi aos poucos conquistando o seu espaço na economia, na política, chegando à presidência de países. Esse aumento está diretamente ligado a uma nova perspectiva sobre o que é ser mulher.

No entanto ainda é possível perceber a manutenção de algumas diferenciações em relação à atuação docente quando é realizado um comparativo enfocando os gêneros. Através dos dados da pesquisa, foi possível perceber a predominância do gênero feminino na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Embora não tenha ficado claro que os fatores decisivos para essa predominância estejam relacionados com a remuneração, o fato é que nesses níveis de ensino há uma remuneração muito inferior em relação aos outros níveis. Uma reflexão que ainda pode ser feita é o fato de que os alunos nesses níveis de ensino requerem cuidados por parte do docente que se assemelham aos cuidados maternos, já que são dependentes no que diz respeito a alimentação, higiene, atendimento das necessidades fisiológicas, somadas às questões relativas ao aprendizado pedagógico.

Nos demais níveis de ensino, embora ainda a quantidade de mulheres seja mais expressiva em relação à presença masculina, a diferença entre os gêneros é menor. Analisando este contexto e os indicativos referentes ao gênero presente nas escolas, corrobora-se com Gatti e Barreto (2009, p.233), que afirmam que “[...] os professores sentem a perda de prestígio social e que esta perda é real quando se considera a opinião de diferentes segmentos sociais sobre a profissão docente”. Os autores também apontam que as expectativas em relação à atuação do professor é alta, enquanto a valorização dessa profissão é baixa, e que algumas iniciativas de incentivo ao desenvolvimento profissional vêm sendo tomadas, mas por razões políticas e administrativas, acabam tendo curta duração de tempo, não surgindo efeito e impacto nos professores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JS. Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da República Brasileira (Séculos XIX/XX). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, 260

p. 143-156. Junho de 2011.

ABRAMO LW. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? São Paulo. 2007. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VILELA DS. A teoria de Cantor sobre os transfinitos. Campinas, 1992. Monografia (Especialização em História da Ciência) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas.

BIASOLI-ALVES ZMM. Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, Vol. 16 n. 3, p. 233-239. Set-Dez. 2000.

BRUSCHINI MCA, AMADO T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Caderno de Pesquisa*, n. 64, p. 4-13, Fevereiro de 1988.

Casa Civil (BR). Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei 3.071. 1º de Janeiro de 1916. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em outubro de 2014.

CASCAVEL. Edital do Teste Seletivo do Município de Cascavel-PR.

Anexo I – Edital N.º 055/2014. Demonstrativo dos Cargos. 2014. Disponível em http://www.cascavel.pr.gov.br/portal_servidor/concursos-andamento.php. Acesso em novembro de 2014.

CASCAVEL. Decreto 10.551. Hora-atividade. 18 de Maio de 2012. Disponível em <http://www.siprovel.com.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/leis.html?download=5:hora-atividade-ed-infantil>. Acesso em outubro de 2014.

GATTI BA, BARRETO ES. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília. UNESCO, 2009. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

LAVINAS L. As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero. In: POSTHUMA AC. (Org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Editora 34, 1999, p. 179-203.

LAVINAS L. *Empregabilidade no Brasil: Inflexões de gênero e diferenciais femininos*. Texto Para Discussão N.º 826. Rio de Janeiro, setembro de 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0826.pdf. Acesso em: setembro de 2015.

LETA J, MARTINS F. Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In: INEP. *Secretaria Especial de Políticas Públicas Para As Mulheres (Org.). Simpósio Gênero e indicadores da educação superior brasileira*. Brasília, p.85-101, 2008

LUZ AF, FUCHINA R. A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2015.

MALACARNE, V. Caminhos e descaminhos na formação e na atuação dos Professores de Ciências. 1. ed. Cascavel: Editora Coluna do Saber, 2011.

MARTUCCI EM. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. Perspectivas. Belo Horizonte, v.1, n.2, p.225-244, jul./dez. 1996.

Ministério da Educação (BR). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor>. Acesso em: outubro de 2014.

OLINTO G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Edital N.º 76/2014 – GS/SEED. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/pss2015/edital762014gspsssubstituido.pdf>. Acesso em novembro de 2014.

PARANÁ. BOLETIM - Resultados do Censo Escolar. Curitiba PR, n. 6, jun-jul. 2014, p. 1-7.http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed6.pdf. Acesso em abril de 2015.

PARANÁ. Hora-atividade 14/6. Vigência 2014b. Disponível em <http://www.nre.seed.pr.gov.br/doisvizinhos/arquivos/File/HORAATIVIDADE.pdf>. Acesso em novembro de 2014.

PROBST ER. A Evolução da mulher no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em setembro de 2015.

RABELO AO, MARTINS AM. A Mulher no Magistério Brasileiro: Um Histórico sobre a Feminização do Magistério.VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, p. 6167-6176, 2006.

REINECKE G. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: POSTHUMA AC. (Org.). Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Editora 34, 1999, p. 119-147.

ROSA RVM. Feminização do Magistério: Representações e Espaço Docente. Revista Pandora Brasil - Edição especial N° 4 - "Cultura e materialidade escolar" – 2011

SANCHES S, GEBRIM VLM. O Trabalho da mulher e as negociações coletivas. Estudos avançados. Volume 17, n.49, p. 99-116, 2003.

SANTOS AM. Gutemberg: a era da imprensa. Revista Percepções. Caçador-Santa Catarina. Volume 1, n. 1, p. 14-23, jan./jun. 2012.

SANTOS EA. Profissão Docente: uma questão de gênero? Anais de Seminário Internacional Fazendo Gênero: Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

VALENZUELA ME. Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: POSTHUMA AC. (Org.). Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Editora 34, 1999, p.149-178.

VIANNA CP. O sexo e o gênero da docência. Cadernos Pagu. Campinas, nº17-18, p.81-103, 2002.

WERLE FOC. Práticas de Gestão e Feminização do Magistério. São Luís. Cadernos de Pesquisa. v. 35, n. 126, p.609-634, set./dez. 2005.

Artigo recebido em: 15/05/2015

Aprovado em: 14/10/2015

Endereço para correspondência:

Cassiane Beatrís Pasuck Benassi. Rua Fortaleza, 2917, Ap. 15, Tropical, Cascavel, PR, CEP: 85807-090. *E-mail:* cassibp@hotmail.com

Juliana Alves da Silva Ubinski. Rua Marechal Floriano, 2464, Neva, Cascavel, PR, CEP: 85801-250. *E-mail:* juliana_ubinski@hotmail.com

Vilmar Malacarne. Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário, Cascavel, PR, CEP: 85819-110. *E-mail:* vilmar.malacarne@unioeste.br

NOTAS

- 1 Professor contratado sem realização de concurso público, cuja contratação se dá por um processo seletivo simplificado com tempo de vínculo previamente definido.
- 2 QPM refere-se a professores efetivos contratados por meio de concurso público estadual.